

## CRÍTICAS CONTEMPORÂNEAS A MARX: UMA MISÉRIA INTELLECTUAL NAS LUTAS DE CLASSES

*Gabriel Gomes Lourenço\**

**Cite este artigo:** LOURENÇO, Gabriel Gomes. Críticas contemporâneas a Marx: uma miséria intelectual nas lutas de classes. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.24 - 39, julho. 2011. Semestral. Disponível em: <http://www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 10 de agosto. 2011.

**Resumo:** Este artigo pretende comprovar como são infundadas as principais críticas feitas à obra marxiana atualmente: sua negação pela história, o determinismo (causal e natural), o evolucionismo, o teleologismo e o economicismo, através do cruzamento das obras de Marx e Engels, e de dados biográficos, apontando-a ainda como ponto de partida para a análise social mais ampla. Também articula elementos marxianos para análises do Estado, e resgata a dimensão crítico-prática da obra, caminho de superação efetiva da mesma.

**Palavras-chave:** Marx; teoria marxista; lutas de classes; Estado; crítica.

### 1. Introdução

O tratamento dado ao conjunto da obra de Karl Marx na academia (e também fora dela) é um dos sintomas da miséria intelectual de nosso tempo: uma prática investigativa e produtora de conhecimento caracterizada pelo automatismo, pelo não rigor e pela desinformação. No caso do autor em questão essa prática tem concluído, no máximo (e não é o caso mais comum), que se trata de um clássico com pouco a esclarecer a respeito da sociedade contemporânea.

Pretendemos discutir a questão abordando apenas as obras de Marx (junto com Friedrich Engels, quando necessário) e passagens biográficas, as quais consideramos suficientes para desmentir os principais argumentos contra a obra marxiana. Além disso, revelar que a própria luta entre as classes determinantes do capital (a classe capitalista e a classe trabalhadora), e o desequilíbrio de tal luta a favor dos capitalistas, está por trás dessa miséria intelectual. Este esforço não se insere em demarcação de espaço de preferências intelectuais, mas sim no reconhecimento de uma matriz teórica atual e necessária – ainda que insuficiente – para a análise social.

Ainda são levantados alguns elementos para análises do Estado e da ação política, o que de certa forma acrescenta mais uma negação de crítica à obra marxiana, que diz respeito à ausência de

uma teoria do Estado na mesma. Por fim, procura resgatar a dimensão prática da noção de crítica em Marx como a possibilidade concreta de superação efetiva da obra marxiana em sua totalidade.

## 2. Leitura atenta como contraponto

Existem basicamente duas dimensões nas principais críticas à obra marxiana, uma histórica e uma teórica. A primeira conecta-se a determinados acontecimentos e processos históricos para, supostamente, demonstrar que a realidade negou a elaboração teórica; a segunda dimensão está relacionada aos argumentos contra certos raciocínios, análises dos fenômenos sociais que, supostamente, são feitas por Marx. Ressaltamos desde já que essa divisão é artificial e superficial, servindo meramente para organização dos argumentos do presente artigo.

De um modo geral, a dimensão histórica tenta fazer a negação da análise marxiana apontando a queda do “socialismo real”. As dificuldades econômicas e os conflitos políticos internos nos países que viveram revoluções sociais seriam a demonstração de que o modo de produção socialista não é realizável, a não ser como retrocesso. Ou seja, apesar de seu esforço em entender a realidade no seu próprio movimento, Marx teria se equivocado ao idealizar uma forma de organização social insustentável.

O problema desse raciocínio é a falta de critério e de rigor na análise em si desses processos históricos, e a desinformação a respeito dos vários elementos presentes na explicação marxiana sobre as formas de sociedade e a transição entre elas.

A expressão “socialismo real” é altamente problemática, pois exclui vários aspectos do que deve ser a síntese de uma análise sócio-histórica, e deve ser desnaturalizada. Ela expressa, por um lado, uma diferenciação imóvel e insuperável em relação às elaborações teóricas que tematizam, em maior ou menor grau, o modo de produção socialista a partir da superação revolucionária do capitalismo (unidas sob a designação “socialismo científico”, também problemática). Por outro, expressa uma impossibilidade do socialismo efetivamente apontar para outra forma social; qualquer outra revolução socialista desembocaria sempre nas mesmas dificuldades, conflitos e derrotas pelas quais passou o “socialismo real” (ou seja, socialismo foi e será sempre “socialismo real”, no sentido comumente atribuído à expressão).

Assim, os processos e acontecimentos em questão devem ser pensados a partir de seu caráter próprio, de sua historicidade. É por isso que parte significativa da tradição marxista refere-se a eles como *experiências socialistas*. Experiência não no sentido de um teste planejado e controlado em seu início, meio e fim, mas no sentido de algo que é conhecido e feito enquanto é vivenciado. As experiências socialistas aconteceram dentro de certas condições políticas, econômicas, nacionais, internacionais, e culturais; quando esse fato e suas implicações são ignorados, a obra marxiana é tratada como um manual passo-a-passo - e não como leitura, análise e síntese lógica e histórica da realidade - e a conclusão, obviamente, é que o manual contém erros.

Marx nunca disse que qualquer revolução socialista seria vitoriosa e provocaria efeito cascata. Pelo contrário, para ele o:

[...] desenvolvimento das forças produtivas (no qual já está contida, ao mesmo tempo, a existência empírica humana, dada não no plano local, mas no plano histórico-mundial) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a carestia, as lutas pelos gêneros necessários começariam e toda a velha imundície acabaria por se restabelecer; além disso, apenas com esse desenvolvimento universal das forças produtivas é posto um intercâmbio universal dos homens e, com isso, é produzido simultaneamente em todos os povos o fenômeno da massa ‘sem propriedade’ (concorrência universal), tornando cada um deles dependente da revolução do outro; e, finalmente, indivíduos empiricamente universais, histórico-mundiais, são postos no lugar de indivíduos locais. Sem isso, 1) o comunismo poderia existir apenas como fenômeno local; 2) as próprias forças do intercâmbio não teriam podido se desenvolver como forças universais e, portanto, como forças insuportáveis; elas teriam permanecido como circunstâncias doméstico-supersticiosas; e 3) toda ampliação do intercâmbio superaria o comunismo local. O comunismo, empiricamente, é apenas possível como ação ‘repentina’ e simultânea dos povos dominantes, o que pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e o intercâmbio mundial associado a esse desenvolvimento. (MARX e ENGELS, 2007, pp.38-39)

Desta forma, Marx e Engels apontam aqui dois elementos fundamentais para se pensar a superação do modo de produção capitalista, quais sejam, o necessário caráter internacional da revolução social do proletariado e de ela ocorrer, pelo menos, nos centros de maior desenvolvimento das forças produtivas.

Ocorre que as experiências do século XX foram todas baseadas em baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais, tanto no plano nacional (Rússia, China, Cuba, Vietnã, Coreia, etc.), quanto no plano internacional (bloco socialista dirigido pela URSS), que tiveram um caráter mais ou menos avançado em termos de modo de produção socialista. Tal condição restringia as possibilidades de ações políticas e medidas econômicas, que resultaram não no definhamento progressivo dos Estados-nação, e sim em seu fortalecimento; não na superação do capitalismo, mas na competição com o mesmo - competição que foi ao mesmo tempo internacional e intranacional. Portanto, o efeito dominó de queda das nações que compunham o bloco socialista não deve surpreender. Por outro lado, não era uma consequência obrigatória; apenas tornava-se mais provável no decurso histórico.

Há também um fator, frequentemente ignorada nos embates teóricos, que é de suma importância, principalmente na produção intelectual de Marx: o fator biográfico. Tendo sido contemporâneo da revolução de 1848 (que irrompeu em vários países da Europa) e do nascimento, resistência e destruição da Comuna de Paris, presenciou experiências revolucionárias que fracassaram, mas nem por isso negou as elaborações feitas (o que não significa que não as tenha lapidado, ampliado, aprofundado, etc.). Desta forma, a trajetória biográfica do autor por si só

fornece ponderações para se questionar a ideia de que Marx idealizou um modo de produção, do qual nunca teria visto sinais, mas que, quando iniciada sua construção, ele seria inevitável. Queremos dizer que o fenômeno inadequadamente chamado socialismo real não é algo pós-Marx.

Fica claro o caráter ideológico do conjunto de críticas às quais aqui estamos denominando históricas, pois uma convergência de dados contidos na própria obra marxiana e de dados biográficos – procedimento elementar de qualquer tentativa de crítica - é suficiente para negar uma suposta concepção determinista em Marx, e aqui adentramos o segundo conjunto de críticas. Ou seja, para negar uma concepção que argumentaria com base em uma relação de obrigatoriedade entre certa causa e certo efeito sempre, independentemente de outros fatores. Na verdade, há uma curiosa inversão: a crítica contra a suposta concepção determinista do socialismo inevitável torna-se, em seu desenvolvimento, ela mesma determinista, por afirmar que qualquer outra revolução socialista tem como destino o mesmo que teve o socialismo real (como desenvolvemos acima). Deparamo-nos então com uma crítica que deveria ser crítica de si mesma.

Há pelo menos duas determinações, interdependentes, explicativas dessa construção que, apesar da fragilidade, perdura no tempo, quais sejam, a orientação hiperempírica das ciências humanas atualmente, e as próprias lutas de classes.

Queremos denotar com a expressão hiperempirismo a postura de tratar o empírico não apenas ponto de partida, mas como suficiente por si mesmo. Tornam-se muito comuns tentativas de explicações que não passam de descrições dos fenômenos sociais. Nossa crítica a esta postura hiperempírica envolve dois elementos. O primeiro é algo que o próprio Marx já apontava: se o imediato não fosse mediado, se o produto por si revelasse seu processo de produção, em suma, se aparência e essência coincidissem, não seria necessária nenhuma ciência. O segundo diz respeito ao conflito político. Criticamos a concepção de que em ciência são produzidos apenas pontos de vista enviesados, ou seja, interpretações que nunca podem ser consideradas como verdades sobre a realidade. Entendemos esse retorno a Kant como um retrocesso no debate da produção do conhecimento, e defendemos que é possível fazer uma análise objetiva, que existe uma instância objetiva de parâmetro de verificação do grau de correção de uma análise e, por isso, é possível falar em certo e errado também no campo das ciências humanas – é possível conhecer a “coisa em si”. Mas entendemos que uma das facetas da dominação de classe envolve justamente negar tal possibilidade, e que se há alguma verdade ela se refere àquilo que é imediato, que está dado. Construiu-se um discurso a respeito das revoluções do século XX, e principalmente a respeito da experiência soviética, que se limita a algumas informações empíricas, sem analisá-las com rigor e naturalizando-as. Ou seja, já se saberia empiricamente como o socialismo é (e, por isso, socialismo real). O problema é que se ignora tanto o enorme grau de fragmentação das informações costuradas nesse discurso, quanto o papel central desempenhado pelos conglomerados da comunicação, em associação com transnacionais do setor privado, na construção dele. Nossa avaliação é de que a

academia absorveu acriticamente esse discurso hegemônico, e também de que ela se rende cada vez mais à postura hiperempirista de um modo geral.

Quanto à determinação das lutas de classes, atacar a obra marxiana com o desmonte da URSS auxilia não apenas a engavetar a primeira, mas a destruir os elementos de revolta e questionamento da ordem capitalista baseados na dimensão subjetiva, o que pode ser sintetizado na frase costumeira “o socialismo é tão (ou mais) perverso quanto o capitalismo”.

Argumentos como esse têm fácil enraizamento no senso comum, pelo apelo ao imediato, sem consideração às condições específicas nas quais tais processos se desenvolveram - quer dizer, pelo apelo à descrição do produto visível negligenciando seu processo de produção; além disso, sem rigor no estudo da obra marxiana e desconsiderando o contexto histórico vivenciado pelos autores. Essas construções teóricas erguidas, em suma, sobre o desconhecimento da realidade, são fruto justamente da miséria cultural e intelectual do nosso tempo, que tem base material nas formas atuais de acumulação de capital e nas lutas de classes. E um fato grave é que surgem principalmente (mas não apenas) na academia; de trabalhadores para futuros trabalhadores. Graduandos das ciências humanas são bombardeados de ideologia, de hipocrisia com *status* científico. São preparados para, se necessário, dizerem aos trabalhadores que esta forma de sociedade é o ápice do desenvolvimento humano e, para além deste ponto, há apenas um enorme declive; e darem a boa notícia aos patrões que a política de recursos humanos está contribuindo para aumentar a produtividade [1]. Em suma, formados na ilusão de que revelarão o mundo ao mundo, enquanto na verdade o escondem dele mesmo.

A reiteração da crítica do determinismo torna-se mais grave na medida em que podemos encontrar, mais de uma vez, indicações totalmente opostas a uma concepção desse gênero. Logo no início do *Manifesto do Partido Comunista* encontramos uma leitura de história com possibilidades sempre abertas:

[...] opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito. (MARX e ENGELS, 1998, p.8)

Já em *A ideologia alemã* encontramos os pressupostos que negam o tipo de determinismo que podemos chamar de natural. Quer dizer, Marx teria uma leitura por demais limitada da atividade humana, a qual seria mero condicionamento do ambiente, como acontece com os outros organismos vivos. Porém, lemos que:

O primeiro pressuposto de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. (...) Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história. (MARX e ENGELS, 2007, p.87)

Isso mostra que o condicionamento ambiental é apenas uma das facetas da concepção de atividade humana aqui tratada. Apesar de existirem condições naturais, limites, para a ação, trata-se, como se observou na passagem acima, também de compreender a modificação da natureza pela ação dos homens no decorrer da história, a modificação desses próprios limites. Daí que será preciso, de igual maneira, considerar que:

[...] para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material (...). O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico. (Ibid, p.33)

E, pouco mais adiante, Marx e Engels (Ibid, p.43) concluem esse raciocínio: “(...), portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias”.

Em síntese, estamos diante do caráter dialético da atividade humana. Os autores afirmam que os homens é que fazem a história, satisfazendo necessidades anteriores e, ao mesmo tempo, criando novas necessidades a serem satisfeitas; o ponto de chegada de uma geração é o ponto de partida da próxima. A história, na medida em que é produto da ação humana, não é nem um círculo vicioso, fechado, nem um conjunto de segmentos totalmente independentes uns dos outros. Isso é muito diferente daquele mero condicionamento ambiental levantado por outra crítica à obra marxiana.

O que falta nesse conjunto de críticas que estamos abordando é conseguir entender a realidade tal como ela se faz, uma síntese de múltiplas determinações, algo que a miséria intelectual de nossa época contribui para não ser captado (e ela, por sua vez, também é resultado de tal dificuldade). Cada leitura feita da obra marxiana, por cada setor da divisão social do trabalho intelectual (geógrafos, historiadores, sociólogos, filósofos, economistas, antropólogos, etc.), torna-se uma leitura unilateral - e ora Marx é determinista, ora deixa tudo em aberto; ora é excessivamente positivista, ora é metafísico; e assim sucessivamente.

Uma terceira linha de crítica nasce de erupções culturalistas (emergentes principalmente do paradigma pós-moderno), as quais imputam um evolucionismo ao pensamento marxiano. Existiria um entendimento na obra, implícita ou explicitamente, de que no momento anterior à revolução social mundial haveria uma homogeneização cultural, uma uniformização da humanidade; as diversas formações culturais rumariam sobre uma linha única de desenvolvimento, na qual o ponto final seria o mesmo para todas. Todavia, Marx estaria novamente equivocado, pois na verificação das supostas afirmações a realidade exhibe não uma homogeneidade de comportamentos e conjuntos simbólicos, mas antes uma vasta diversidade cultural, a qual pode ser apreendida nas formas de tribos e comunidades. Dentro do domínio capitalista, as pessoas estariam conseguindo se diferenciar cada vez mais.

Acontece que o multiculturalismo é extremamente importante para quem estuda isso (e para que sejam satisfeitas as cobranças do “Deus Lattes”, bem conhecidas por pesquisadores nas universidades), mas não traz nenhuma novidade a respeito da sociedade mercantil capitalista. A ideologia individualista nos leva a desejar diferenciar-nos uns dos outros, como um pendor natural, e é através do consumo mercantil que tentamos levar a cabo este desejo de sermos únicos: possuindo mercadorias que acreditamos terem propriedades semelhantes às nossas. O capitalismo dirige a sociedade pelo ter e não pelo ser. Em um movimento de expansão intensiva, de transbordamento da lógica capitalista da esfera econômica para todas as esferas sociais, as novas necessidades são mercantilizadas. Cada nova mercadoria possuída parece diferenciar cada vez mais as pessoas; é uma diferenciação fetichizada. Nosso ponto, portanto, é que essa diversidade é produzida pelo próprio modo de produção capitalista desde sua origem. Por isso, não entramos especificamente na questão a respeito da diversificação – sobre a qual lembramos, apenas como apontamento, que contém seu contrário, a uniformização advinda de monopólios, consumo dirigido ao que mais remunera o capital em cada momento, etc.

O central sobre essa crítica é que, independente de quantas tribos surjam e desapareçam, a homogeneização da qual Marx falou, e que ocorre, diz respeito às classes sociais. Pois quais são as tão variadas formas que as pessoas têm inventado enquanto classe, além de venderem sua força de trabalho, ser assalariadas? Dentro do domínio do capitalismo, as pessoas cada vez mais têm identidade nos pólos mais dinâmicos desse sistema, classe trabalhadora ou classe capitalista, apesar destas duas não serem as únicas que existem **[2]**.

Por outro lado, há realmente uma diferenciação no ser, mas diferenciação reificada: os indivíduos mesmos enquanto mercadorias - força de trabalho -, em ramos cada vez mais diversos. Só que esta diversificação não daria qualquer calafrio a Marx, pois o aprofundamento da divisão social do trabalho, a criação de ramos cada vez mais diferenciados e específicos, é algo que ele já havia detectado. E na forma mercantil o trabalho, mesmo que cada vez mais diversificado, não é fonte alguma de realização humana, já que a diversificação das atividades na sociedade capitalista cobra especializações progressivamente mais restritas. O trabalho é fonte de novas possibilidades a cada nova necessidade satisfeita, mas no modo de produção capitalista tais possibilidades são sempre apropriadas privadamente – e não pelos próprios trabalhadores.

Associada ao elemento evolucionista **[3]** estaria uma concepção teleológica da história. Em outras palavras, Marx conceberia a história como uma sucessão de fases determinadas conscientemente pelos humanos; estas fases estariam sempre, a priori, ideadas em suas mentes. Por esta afirmação, sua leitura da história seria logicista: o uso de categorias lógicas permitiria a interpretação de todo o passado e a previsão do futuro (apesar de que isso o definiria explicitamente como um vidente, e não deveria ser estudado em nenhuma universidade).

Quanto a esta sucessão de fases históricas, Marx e Engels afirmam o seguinte:

A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado, ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições, o que então pode ser especulativamente distorcido, ao converter-se a história posterior na finalidade da anterior, por exemplo, quando se atribui à descoberta da América a finalidade de facilitar a irrupção da Revolução Francesa, com o que a história ganha finalidades à parte e torna-se uma “pessoa ao lado de outras pessoas” (tais como: “Autoconsciência, Crítica, Único” etc.), enquanto o que se designa com as palavras “destinação”, “finalidade”, “núcleo”, “idéia” da história anterior não é nada além de uma abstração da história posterior, uma abstração da influência ativa que a história anterior exerce sobre a história posterior. (MARX e ENGELS, 2007, p.40, grifos dos autores)

Assim, nota-se que eles não se posicionam ao lado de uma concepção teleológica. E, ao mesmo tempo, não entendem cada segmento histórico em uma individualidade completa, onde cada um não guardaria nenhuma conexão com os demais. É a proposição de um método próprio, original, de estudo da história, que nada tem de metafísico-teleológico, que não defende, em momento algum, que o futuro da humanidade já esteja definido.

Aliás, é característico desta miséria intelectual encontrarmos tanto a crítica de um Marx determinista, quanto um Marx apriorístico. Duas críticas polares ao mesmo autor.

Encontramos ainda uma quinta característica que Marx apresentaria, a qual revelaria sua insuficiência como pesquisador da sociabilidade humana: ele seria um economicista, algo muito próximo do argumento de seu suposto determinismo. A obra marxiana se caracterizaria por não perceber qualquer especificidade nos fenômenos não-econômicos; tudo aquilo que é produto do intelecto e sensibilidade humanos seria reflexo direto das relações econômicas.

A miséria intelectual, fruto do forte desequilíbrio das lutas de classes a partir do último quartel do século XX a favor da grande burguesia, ou utiliza alguma das várias orientações marxistas mecânicas na justificativa do argumento citado, ou – quando tem a pretensão de incorporar algum rigor – seleciona o trecho abaixo de *A ideologia alemã*, que seria uma prova suficiente e irrefutável do economicismo de Marx, ou seja, de que a cultura, a religião, a pintura, a música, etc., seriam reféns da instância econômica da vida:

Totalmente ao contrário da filosofia alemã (...) parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. (Ibid, p.94)

Em primeiro lugar, uma leitura atenta da obra em questão permite notar que a própria noção marxiana de ideologia se contrapõe à interpretação do “espírito humano” como reflexo direto do material, caracterizando-se antes por uma discrepância entre a imagem que criamos sobre nós e sobre o mundo, e como nós realmente somos e como o mundo é realmente [4]; ou seja, Marx era

mais ciente da existência de mediações entre a consciência e o material do que sonha a crítica pós-moderna à elaboração marxiana.

Em segundo lugar, o conjunto das citações de *A ideologia alemã* feitas neste artigo seria um razoável questionamento de economicismo em Marx. Mas, seguindo à risca nosso objetivo de refutar explicitamente os argumentos mais confiantes de que esse autor está superado, recorro à explicação dada por ele de um fato histórico – afinal, se houver quem pense que os pressupostos do materialismo histórico expostos em *A ideologia alemã* são deveras abstratos, não há como negar o máximo de concretude em um evento específico:

Que havia, ao mesmo tempo, velhas recordações, inimizades pessoais, temores e esperanças, preconceitos e ilusões, simpatias e antipatias, convicções, questões de fé e de princípio que as mantinham ligadas [as frações monarquistas francesas legitimista e orleanista] a uma ou outra casa real – quem o nega? Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, que as adquire através da tradição e da educação, poderá imaginar que constituem os verdadeiros princípios determinantes e o ponto de partida de sua conduta. (MARX, 2008, pp.50-51)

Nota-se como até um dos aspectos que mais pode se dissociar da atualidade do movimento das relações econômicas – a tradição – é levado em conta por Marx.

Recorremos ainda a outro trecho, da mesma obra, tanto para reforçar nossa posição, quanto para expor uma articulação que entendemos ser muito rica não apenas para uma análise de relações sociais, mas também para a dimensão política de tais relações (incluindo as representações políticas) [5]:

Não se deve imaginar, tampouco, que os representantes democráticos sejam, na realidade, todos shopkeepers (lojistas) ou defensores entusiastas destes últimos. Segundo sua formação e posição individual podem estar tão longe deles como o céu da terra. O que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida, de que são conseqüentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é, em geral, a relação existente entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam. (Ibid, p.54)

Como seria possível conceber, de uma perspectiva economicista, representações políticas relacionadas a certos interesses de determinada classe, em indivíduos que não estão materialmente conectados à classe em questão? Para uma leitura cuidadosa da obra marxiana, trabalhadores representando interesses do capital, por exemplo, não é nenhum assombro.

Talvez uma das críticas mais atrofiantes dos debates de teoria social seja esta do economicismo, pois sua principal consequência é descartar a análise marxiana das classes sociais.

Essa postura se baseia numa suposta limitação da categoria classe social em Marx, pois estaria limitada à posição das pessoas na esfera produtiva; e, por outro lado, dados empíricos estariam mostrando constantemente a fragilidade dessa categoria, que não daria conta da maior parte dos casos, ficando sempre como uma categoria sem sustentação perante a realidade.

Como afirmado na nota de número seis, as classes sociais devem ser entendidas a partir da esfera econômica. Porém, isso ainda não é o movimento completo de apreensão do processo constitutivo das classes sob o capitalismo; posteriormente, a análise deve abarcar a esfera política e captar o curso de formação de interesses, e, principalmente, quais são as práticas executadas em relação aos interesses. Essa descrição sucinta resume um dos debates mais densos no campo marxista, e também entre organizações de esquerda, que diz respeito às noções de classe-em-si e classe-para-si, e de como se daria a passagem de uma para outra. Não cabe neste artigo adentrar o próprio debate; mas é necessário ressaltar que ele vai muito além da posição dos indivíduos na estrutura produtiva (que tem a sua importância no movimento geral da constituição das classes), ou seja, do economicismo. Deve-se ter em mente a sociabilidade no capitalismo é uma unidade de contrários, de identidades e oposições, e esta constituição própria é impossível de se manter estática; são necessárias sínteses, que eliminam tensões anteriores de grau elevado e colocam novas contradições, ainda por serem exacerbadas. Assim, tem-se o segundo elemento fundamental para o entendimento da noção de classe em Marx, que é o caráter dinâmico da realidade: por esta se constituir sempre em movimento, as categorias teóricas necessariamente precisam expressar tal movimento.

Restringir a noção de classe social à posição na estrutura produtiva é fazer um recorte da concepção do autor. Por certo, são necessários muito estudo - individual e coletivo -, paciência e perseverança para pesquisar a sociedade e seus conflitos refazendo esse percurso categorial, ao invés de meramente colar a etiqueta do conceito “posição na esfera produtiva” em cada caso. Quer dizer, as condições necessárias para “colocar em movimento” a noção marxiana de classe social chocam-se frontalmente com a cobrança de volumosas, diversificadas e aceleradas pesquisas cobradas atualmente. Em toneladas de trabalhos impressos, onde são gastos diariamente litros de tinta para as impressões, encontram-se cada vez menos o rigor, cada vez menos a profundidade e – como não poderia deixar de ser – uma imaginação sociológica resignada ao automatismo da prática intelectual e científica.

Há outro elemento interessante a se destacar, para aprofundamento da compreensão das representações políticas. Marx ressalta, na análise do golpe de estado dado por Luís Bonaparte em 2 de dezembro de 1851, que no período de 11 de abril de 1851 a 9 de outubro de 1851 “[c]onsolida-se a ruptura do Parlamento burguês e da imprensa burguesa com a massa da burguesia” (Ibid, p.126). Essa ruptura, associada à precisão de grupos diferentes personificarem diferentes formas (Parlamento, imprensa e “massa”) do mesmo conteúdo, revela o caráter ideológico, alienado e fetichizado do Estado.

A ruptura foi a dissolução dos espaços de autonomia das ideias por excelência: das leis e normatizações (ideias que, em tese, prescrevem comportamentos e ações das pessoas em sociedade), e da chamada opinião pública. Mas, curiosamente, a burguesia enquanto classe econômica não se dissolveu. Pelo contrário, apesar do golpe de estado, ela foi – e é – a classe econômica dirigente da França (e do mundo).

Obviamente, o Parlamento e a imprensa tinham várias ilusões sobre si mesmos e sua atividade cruzadista a favor da burguesia, com o temor da revolução de 1848. Foram surpreendidos pelo que a continuidade de sua atividade de fato significava para os interesses materiais da burguesia.

Além disso, os representantes políticos e a imprensa burguesa são a objetivação de parte do ser da burguesia. Refletem mais ou menos tanto os conflitos internos vivenciados pelos setores dessa classe, assim como as alianças, quando necessárias, contra o proletariado.

E, em terceiro, enquanto acredita-se ser o Estado o “poder soberano” da sociabilidade, pelo contrário: ele é socialmente fundado, dependente. A burguesia, no evento em questão, abriu mão da representação política para a manutenção da base material sobre a qual funda sua existência enquanto classe.

Por isso que as leis estão sempre atrasadas em relação ao movimento da realidade [6]. Mais do que inaugurar, elas majoritariamente apenas oficializam práticas já correntes, ou, ao menos, tentam mediar tais práticas; tornam de direito o que é de fato. Não perceber isso amputa enormemente a capacidade de apreensão da realidade, afirmando-se, por exemplo, de que não cumprir lei é um problema de imoralidade, ou de uma falta de aperfeiçoamento democrático [7], etc.

Nesse ponto, a luta de classes também é visível, pois a partir da perspectiva dos interesses de classe e da fundação social do Estado percebe-se que o proletariado aumentar sua representação nele, alterar a correlação de forças no domínio político, não significa alteração alguma na luta de classes central de nossa época, caso o domínio social não tenha sofrido qualquer alteração.

Novamente, as ideias, representações e conceitos dominantes sobre o Estado são a manutenção do não questionamento da totalidade social na qual vivemos, e a garantia da classe capitalista como classe dominante.

### 3. Conclusão

As obras e citações expostas neste artigo questionam fortemente os principais argumentos contra a obra marxiana: negação da teoria por acontecimentos e fatos históricos; determinismo; evolucionismo; teleologismo; e economicismo. Ressaltamos o cuidado necessário para não se ignorar traços fundamentais da obra, como aparência-essência, unidades de contrários, desenvolvimentos desiguais e combinados, múltiplas determinações sociais e históricas – traços para os quais o hiperempirismo dominante nos meios acadêmicos é cego.

Também explicitam que Marx sempre deixou possibilidades (no plural, não no singular), que só podem ser entendidas quando se carrega a dialética presente nas análises – e não apenas o princípio materialista. Uma transição socialista, com seus próprios elementos, mas também com os elementos capitalistas – unidade de contradições que a caracteriza -, pode perfeitamente se transformar no seu contrário, e retroceder ao capitalismo. Inconformado não seria Marx, e sim quem tem como pressuposto não entendê-lo ou discordar do mesmo.

Mas, acima de tudo, deve-se perceber quem ele aponta como responsável pela história: homens e mulheres, de carne e osso, que fazem opções, que são ativos em seu processo de vida – imediato e histórico.

A última dimensão que deve ser retomada aqui é o aspecto da crítica na obra de Marx. Em *A ideologia alemã* os autores deixam claro que a crítica restrita ao plano ideal, às categorias lógicas, não realiza qualquer revolução – independente de suas próprias pretensões. A crítica marxiana caracteriza-se por ter não apenas uma dimensão teórica, mas também uma dimensão prática, no sentido da própria ação.

As tentativas de superar Marx por movimentos das categorias lógicas, ao longo do tempo tornam-se meras negações de Marx. Como afirmou Sartre:

Vimos, mais de uma vez, que um argumento “antimarxista” não é mais que o rejuvenescimento aparente de uma ideia pré-marxista. Uma pretendida “superação” do marxismo não passará, no pior dos casos, de mais uma volta ao pré-marxismo, e, na melhor possibilidade, o redescobrimiento de um pensamento já contido na ideia que se acreditava superar. (SARTRE *apud* IASI, 2006, p.53)

A crítica da obra marxiana está inevitavelmente conectada com a crítica da própria realidade que lhe permitiu a existência: a sociedade mercantil capitalista. Marx ainda não foi superado simplesmente porque a totalidade que corresponde à sua crítica não foi alterada. Enquanto a academia ignorar isso, fazendo a apoteose do pós-moderno e da inexistência de qualquer totalidade, cada vez mais suas tentativas de crítica perderão o caráter sério e tornar-se-ão meras opiniões ácidas, complacentes – e ingenuamente iludidas. Cada vez mais perderão qualquer caráter científico, e se tornarão manobras intelectuais, que deliberadamente esquecem várias passagens das obras de Marx e dados biográficos.

Falsos e não-científicos não são o materialismo histórico, a mais-valia, a teoria do valor-trabalho, etc.; são os argumentos na forma e opiniões no conteúdo, produzidos na academia e reproduzidos nos meios midiáticos suportados por oligopólios da comunicação (e, provavelmente, também na ordem inversa).

É intensamente disseminado atualmente que quem acredita na possibilidade do comunismo o faz pela influência dos fracassados do passado, que tentaram a revolução e se viram mergulhados

na sua utopia. Os comunistas devem, então, ser uma mina de ouro para psiquiatras, analistas, terapeutas e psicanalistas.

É óbvio que a prática de subestimar tanto a obra de um dos pensadores que mais é citado como errado e ultrapassado (e que, simultaneamente, as fontes que assim o tratam não conseguem deixar de citá-lo, praticamente um estranho impulso irracional - por vezes o nome Karl Marx aparece mais em publicações como *Folha de SP*, *Veja*, etc., do que em materiais da esquerda), também subestimaria quem, após iniciar a militância, passa a estudá-lo cada vez mais.

Na verdade, é a ideologia que toma conta de nossa sociedade mundial a responsável por produzir explicações idealistas para a existência de militantes socialistas e comunistas no mundo atual: seriam as ideias ultrapassadas influenciando e produzindo os comportamentos e atitudes de quem escolhe a militância socialista e comunista em pleno século XXI, principalmente da juventude.

É devido a esta mesma ideologia, à concepção de mundo da classe que domina, elabora as ideias de sua dominação e as dissemina no movimento das relações sociais [8], que não se consegue aceitar o que Marx e Engels perceberam do jeito mais modernamente científico, segundo os pressupostos que deixaram explícitos (e que academia ignora, e ela sim regride, negando a mais moderna crítica através de hegelianismos, kantismos, etc. – quando muito): o capitalismo produz seus próprios coveiros. Periodicamente renovam-se os círculos socialistas e comunistas como produto da dinâmica própria deste sistema autofagocitante. E quando entra em crise, o capitalismo tem que destruir boa parte das riquezas criadas para não implodir; sem dúvida, esta sociabilidade não é o maior desenvolvimento que a humanidade pode alcançar.

Por fim, é necessário deixar explícito que não há aqui qualquer defesa da obra marxiana como suficiente para a compreensão do tempo presente (modo de produção capitalista altamente desenvolvido, no qual se ancoram as diversas manifestações sociais). Tal posição seria paradoxal, ao estabelecer uma relação de incongruência com a própria concepção de Marx a respeito da conexão entre o material e o ideal. Se, como ele afirma em *Para a crítica da economia política*, a teoria é o concreto pensado (MARX, 2000), é reprodução ideal do movimento real, então há que se investigar permanentemente esta realidade, o que, obviamente, traz consequências à teoria social; todavia, no campo que tem referencial na obra marxiana há diferenças sobre os desdobramentos dessa análise da produção do conhecimento.

Parte das pessoas relacionadas ao marxismo acadêmico e parte das organizações da esquerda entendem não só como necessária, mas também como suficiente as obras marxianas; ou seja, defendem que os escritos assinados por Marx (ou parte deles) são suficientes para entendermos o tempo presente – generalizando, são suficientes para a entendermos o modo de produção capitalista independentemente do período histórico. Desse ponto de vista qualquer tentativa de revisão da obra marxiana é adjetivada como revisionismo, expressão que começou a se popularizar no final do século XIX a partir das formulações do socialdemocrata Eduard Bernstein

que propunham mudanças radicais na análise marxiana, no sentido de atingir as raízes mesmas da teoria (um exemplo é o abandono da necessidade de uma revolução pela crença em uma incontornável evolução); ou seja, o revisionismo surgia como negação de elementos nevrálgicos da obra marxiana, produzindo uma teoria híbrida, sem unidade nem coerência, e resignada diante da realidade. E é com esse sentido que o termo revisionismo é usado, por alguns setores, em relação a qualquer tentativa de revisão da teoria marxiana – independente dos elementos visados, das conseqüências e da postura apontada a partir da análise. A crítica do revisionismo foi descontextualizada e generalizada, levando-a, pensamos, a perder parte de seu vigor.

Após cento e quarenta anos da publicação da obra mais acabada e representativa do conjunto teórico de Marx, *O Capital*, é inegável que transformações econômicas e sociais substantivas ocorreram. José Paulo Netto (2002) exemplifica isso com a noção de capital financeiro: não tendo vivenciado a associação entre grandes bancos e grandes indústrias – noção de capital financeiro demarcada por Lênin (1981), compartilhada na tradição marxista - para Marx, capital financeiro é sinônimo de capital bancário.

Contrariamente ao que pensa parte da esquerda – acadêmica e social - achamos que a obra marxiana não tem nada de específico que a torne exceção do processo de produção do conhecimento descrito por ela mesma. Por isso, defendemos que o revisionismo é fundamental para qualquer teoria, principalmente na abordada neste artigo, independente da luta política. As teorias não abertas a revisões não são ciência, e sim dogmas.

Porém, ao mesmo tempo, ainda vivemos em uma sociedade fundada no modo de produção mercantil capitalista, portanto, a sociedade burguesa. Daí porque sustentar a obra marxiana como ponto de partida. E daí porque sustentar o revisionismo dela, mas uma revisão específica. Não como negação do que poderíamos chamar de seus elementos estruturantes, mas como ela pode ser refinada, aprofundada e fortalecida de modo a impor-se novamente como uma força material. Decerto, Marx não é suficiente, mas fundamental para a compreensão do tempo presente. 🌀

## NOTAS

\* Aluno de graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo - USP. E-mail: gabriel.lourenco@usp.br

[1] Essa dinâmica pode e não pode ser conscientemente planejada. Os interesses de classes são reproduzidos nos diferentes níveis sociais de diferentes formas. A palavra “disseminados”, frequentemente utilizada, é insuficiente, na medida em que causa a impressão de que certo grupo de pessoas reúne-se, lista certos interesses e valores, e planeja táticas para que sejam incorporados socialmente. A vida social é mais complexa do que isso.

[2] “Todos os elementos que haviam preparado ou determinado a revolução – a oposição dinástica, a burguesia republicana, a pequena burguesia democrático-republicana e o operariado social-democrata – encontram provisoriamente seu lugar no governo de fevereiro” (MARX, 2008, p.22). Podemos perceber que Marx estava muito longe de perceber o proletariado e a burguesia como as

únicas classes no capitalismo. O realce que dá a estas duas deve-se ao fato de serem os pólos da relação social que produz e reproduz o capital. Porém, sua análise da estrutura social passa não só pela associação de diferentes classes às diferentes formas de propriedade na esfera econômica (o que, já no plano econômico, ressalta a burguesia como uma composição de setores conflitantes. Ao mesmo tempo, isso conforma uma classe trabalhadora subordinada a diferentes segmentos do capital, resultando numa classe trabalhadora também heterogênea), como também às suas representações políticas; ou seja, as classes sociais, na perspectiva marxiana, são uma síntese – em permanente movimento – de determinações econômicas e políticas. Porém, outra coisa são as concepções das organizações de esquerda: a questão das classes sempre foi uma das maiores divergências, em termos de análise teórica e ação política, existindo as mais diversas posições – inclusive de setores que defendem haver apenas a burguesia e o proletariado.

[3] Vez ou outra é ressaltada a dedicatória que Marx faria a Charles Darwin em um dos livros de *O Capital*. O problema é que Darwin não era evolucionista no sentido atribuído pela antropologia; para ele, evolução tem apenas o sentido de mudança, transformação. Essa diferença ele deixou explícita quando passaram a associar seu nome ao evolucionismo antropológico, de onde se derivou o darwinismo social.

[4] “Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida (...)” (MARX e ENGELS, 2007, p.94). Obviamente que não defendo estar aqui uma definição conceitual de ideologia; todavia, é explicitamente uma pista de que Marx não trava a consciência como mera projeção direta da vida material.

[5] A Ciência Política também tem sua contribuição enquanto especialização do conhecimento com recorte específico de crítica: Marx não teria uma teoria do Estado. Na verdade, os vários segmentos da divisão social do trabalho intelectual se autonomizam ao máximo na sociedade mercantil capitalista em relação ao trabalho material, e, na busca por solidificar seu *status* social (e os profissionais de cada área garantem seus empregos), nenhum deles sente-se bem representado em análises totalizantes. Paradoxalmente, as partes são sempre mais amplas que o todo.

[6] Sugiro a leitura do capítulo XXIV (“A assim chamada acumulação primitiva”) de *O Capital*. Marx deixa clara, através de progressiva exposição historiográfica, a ação sempre atrasada do Estado e suas leis no processo de afirmação e expansão do capitalismo.

[7] Por exemplo, ainda ser encontrado, no fim da primeira década do século XXI, trabalho escravo no Brasil e outros lugares é algo que a concepção de mundo baseada no Estado Democrático de Direito, e suas leis que protegem os trabalhadores, não consegue explicar nunca. Ao menos cientificamente, como essa própria concepção imagina que o faz.

[8] “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual.” (MARX e ENGELS, 2007, p.47, grifos dos autores).

## REFERÊNCIAS

LENIN, V. I. **El imperialismo, fase superior del capitalismo**. Moscou: Editorial Progreso, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. In: COUTINHO, C. N. *et. al.* **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARX, Karl. “Introdução”. In: **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

PAULO NETTO, J. “Aula 5”. Curso **O Método em Marx**. Recife: UFPE, 2002. Disponível em: [http://www.cristinapaniago.com/CursoJPN/Aula\\_05\\_DVD\\_2.mp4](http://www.cristinapaniago.com/CursoJPN/Aula_05_DVD_2.mp4)

SARTRE, Jean-Paul. “Cuestiones de método”. In: **Crítica de la razón dialéctica**. Buenos Aires: Losada, 1979, pp. 17-18 *apud* IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.